







APRENDIZAGEM
AO LONGO DA VIDA:
CONTRIBUTOS
PARA UM NOVO RURAL





TÍTULO:

Aprendizagem ao longo da vida:
contributos para um novo rural

AUTOR:

Isabel Rodrigo
Armindo Mendes
Paula Janeiro
David Machado
Filomena Machado

IMPRESSÃO E ACABAMENTO:

PMP - Serviços e Equipamentos Gráficos, LDA.

EDIÇÃO:



Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local
ISA - Instituto Superior de Agronomia
INIAV - Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária
Rota do Guadiana - Associação de Desenvolvimento Integrado

Outubro de 2013

Depósito Legal:

ISBN: 978-989-98548-1-9





ISABEL RODRIGO | ARMINDO MENDES
| PAULA JANEIRO | DAVID MACHADO
| FILOMENA MACHADO

APRENDIZAGEM
AO LONGO DA VIDA:
CONTRIBUTOS
PARA UM NOVO RURAL

ANIMAR | ISA | INIAV | ROTA DO GUADIANA
LISBOA, 2013







APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA: CONTRIBUTOS PARA UM NOVO RURAL

Isabel Rodrigo

Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa

**Armindo Mendes | Paula Janeiro | David Machado
| Filomena Machado**

Rota do Guadiana - Associação de Desenvolvimento Integrado

Com este trabalho pretende-se analisar, à escala local rural, os impactes da Educação e Formação de Adultos nos percursos individuais, profissionais e pessoais, dos agentes sociais envolvidos, directa ou indirectamente, na diversificação da actividade económica em meio rural, e no próprio processo desta diversificação. Para tal foram eleitos instrumentos de duas políticas nacionais. Concretamente, os três principais dispositivos subordinados ao conceito Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV), a saber: o Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (Processo de RVCC), os Cursos de Educação e Formação de Adultos (Cursos EFA) e as Formações Modulares Certificadas (FMC), para a análise da EFA¹. Por seu lado, para a análise da “Diversificação da

¹ No início da realização do trabalho de campo (Setembro de 2012), as referidas acções de qualificação de adultos integravam o Eixo 2 – Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida do Programa Operacional de Potencial Humano (POPH).

Actividade Económica” em meio rural foram seleccionadas as Medidas e Acções do Subprograma 3 do EIXO 3 “Dinamização das Zonas Rurais”, do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente – 2007/2013 (ProDeR)².

O texto que se segue está organizado em quatro pontos. Após uma breve apresentação da aplicação à escala nacional do conceito ALV, o ponto dois dá a conhecer os procedimentos metodológicos adoptados. De seguida, apresentam-se os resultados obtidos nos inquéritos por questionário realizados. No último ponto fixam-se as principais conclusões.

Aprendizagem ao Longo da Vida no contexto nacional: uma breve síntese

O paradigma da Educação ao Longo da Vida (ELV), proposto pela UNESCO no início da década de 1960, representou a primeira tentativa de construção de uma identidade em torno da educação de adultos através da organização e sistematização de ideias e práticas num campo inerentemente diverso e heterogéneo. Associado aos valores humanistas e ideias de valorização pessoal, a ELV defendia uma combinação inovadora de educação formal, não-formal e informal e constituía um instrumento político que possibilitava a definição de políticas de educação de adultos

² Mais concretamente, o estudo centrou-se na Medida 3.1 “Diversificação da Economia e Criação de Emprego” (Acções 3.1.1 “Diversificação das actividades na Exploração Agrícola”, 3.1.2 “Criação e Desenvolvimento de Microempresas” e 3.1.3 “Desenvolvimento de Actividades Turísticas e de Lazer”), e na Medida 3.2 “Melhoria da Qualidade de Vida” (Acção 3.2.2 “Serviços Básicos para a População Rural”).

que, baseadas na emancipação destes últimos, combinavam necessidades de crescimento económico com as de reforço da democracia (Barros, 2012: 119; Fragoso e Guimarães, 2010: 17: 18: 20). Porém, na década de 1970, promovido, primeiro pela OCDE (1973) e, posteriormente, pela Europa com a publicação do *White Paper* (Comissão Europeia, 1995), do *European Year of Lifelong Learning* (1995) e do *Memorando de Aprendizagem ao Longo da Vida* (Comissão das Comunidades Europeias, 2000), o paradigma da Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV) substituiu o da ELV tornando-se, deste modo, dominante nas políticas transnacionais de educação de adultos (Barros, 2012: 125). Associadas a esta alteração estão, sublinhe-se, relevantes mudanças substantivas dos princípios e orientações e, em consequência, dos objectivos a alcançar com aquelas políticas. Com efeito, enquanto no paradigma ELV o conceito educação é entendido como uma “entidade colectiva e uma obrigação do Estado”, ou seja, como um direito social e humano aproximando-se da *agenda* da UNESCO, no paradigma ALV o conceito aprendizagem é visto como uma “entidade individual e um dever pessoal” excluindo, do entendimento da educação de adultos, questões chave como “a desigualdade, as relações de poder e a luta política (...)” (Barros, 2012: 119: 120). Em suma, “a alteração conceptual de ‘educação’ para ‘aprendizagem (ao longo da vida)’ é a síntese política das mudanças das funções sociais da educação e formação de adultos que (...) ‘restringe’ a compreensão das necessidades humanas de aprendizagem a uma perspectiva muito limitada” (Fejes e Olesen, 2010: 8). Despojada das suas “raízes humanistas subjacentes à tradição popular” (Barros, 2012: 119), a educação de adultos passou a enfatizar a “competitividade e o crescimento económico” (Fejes e Nicoll, 2013: 7).

É na viragem do milénio que Portugal adopta o conceito ALV registando-se, deste modo, uma viragem de paradigma (Carneiro, 2011; Correia, 2011; Mendonça e Carneiro, 2011), também classificada de “inovação sociopolítica” (Antunes, 2011: 3), na política pública nacional de Educação e Formação de Adultos (EFA). Baseado no Reconhecimento,

Validação e Certificação de Competências (RVCC) adquiridas ao longo da vida, o novo paradigma contrasta com o do ensino recorrente que, lançado no início da década de 1980 (Mendonça e Carneiro, 2011: 109) e decalcado do modelo vocacionado para os jovens, com a excepção de ser ministrado em horário pós-laboral, era até aí a única modalidade educativa formal destinada a adultos. A partir de 2000, o conceito ALV foi operacionalizado por três principais dispositivos: o Processo de RVCC, os Cursos EFA e as Formações Modulares Certificadas, e metodologias (Histórias de Vida conjugadas com Balanço de Competências) que viriam a ser incorporadas na Iniciativa Novas Oportunidades, após 2005. De acordo com Antunes (2011: 10), “o dispositivo de RVCC e a sua governação ilustram dinâmicas de redefinição do sector da educação e de alteração do regime de bem-estar, envolvendo ainda certas formas de actuação do Estado privilegiadas e, em consequência, o (re)posicionamento da educação face à economia, à política e à cultura”.

A adopção do conceito ALV pela política nacional de EFA, está associada quer aos resultados do *Conselho Europeu de Lisboa*, realizado em Março de 2000, quer aos princípios preconizados pelo *Memorando de Aprendizagem ao Longo da Vida*. Enquanto os resultados do *Conselho* sublinham a importância de serem desenvolvidos esforços no sentido da criação de mais e melhores empregos, visando a construção de uma Europa mais competitiva, o *Memorando*, considerado peça central da Estratégia de Lisboa (Conselho Europeu, 2000) e do projecto político de reformulação das relações entre economia e educação, apela à aplicação do conceito ALV com propósitos, sobretudo, económicos, embora também referencie preocupações com o desenvolvimento da cidadania e da coesão social (Desjardins e Rubenson, 2013). A incorporação no Plano Nacional de Emprego e no Acordo sobre Política de Emprego, Mercado de Trabalho, Educação e Formação, assinado em Fevereiro de 2001 entre o Governo português e os parceiros sociais, das principais orientações preconizadas pelo *Conselho Europeu* e *Memorando* introduziram em Portugal “(...) as experiências adqui-

ridas em contextos considerados não-formais ou informais para os domínios de certificação formal de um grau académico”³ (Lima, 2012: 6).

A fim de operacionalizar os princípios definidos no referido Plano e Acordo foram criados, em 2000, os primeiros seis Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (Centros RVCC) nos territórios do Continente e da Região Autónoma da Madeira (RAM)⁴, aos quais se juntaram outros 22 (em 2001), 14 (2003) e 98 (2005)⁵ (Lima, 2012: 6). Em 2006 o número daqueles Centros, agora designados por Centros Novas Oportunidades (CNO), era de 274 em larga medida resultado do início de funcionamento dos mesmos em escolas básicas e/ou secundárias (Lima, 2012: 10-13; *Estado da Educação 2011*, 134-137). Entre 2006 e 2010 o número de CNO praticamente duplicou em todas as regiões, com destaque para o território da NUT II Norte (Carneiro, 2011; Mendonça e Carneiro, 2011), marcada pela industrialização e pela elevada

³ Por “aprendizagem não-formal” entende-se a que decorre “em paralelo aos sistemas de ensino e formação e não conduz, necessariamente, a certificados formais. (...) pode ocorrer no local de trabalho e através de organizações ou grupos da sociedade civil (organizações da juventude, sindicatos e partidos políticos). Pode ainda ser ministrada através de organizações ou serviços criados em complemento aos sistemas convencionais (aulas de arte, música ou desporto ou ensino privado de preparação para exames”. Por seu lado, a “aprendizagem informal” é definida como “um acompanhamento natural da vida quotidiana. Contrariamente à aprendizagem formal e não-formal, este tipo de aprendizagem não é necessariamente intencional e, como tal, pode não ser reconhecida, mesmo pelos próprios indivíduos, como enriquecimento dos seus conhecimentos e aptidões” (Lima, 2012: 5).

⁴ A informação relativa à Região Autónoma dos Açores (RAA) não é considerada neste trabalho dado que, nesta Região, foi criado um sistema próprio. Este facto impede a comparação da informação disponível para a RAA com a do Continente e RAM. O desenvolvimento do Processo de RVCC nos Açores teve início a partir de 2009 (Resolução do Conselho do Governo n.º 86/2009) e foi designado por Rede Valorizar. Até Abril de 2011 tinham-se inscrito 4.032 adultos naquela Rede, possuindo a maioria o 3.º ciclo do Ensino Básico como habilitação escolar (*Estado da Educação 2011*: 137).

⁵ A data de referência destes 98 Centros é Dezembro de 2005, ou seja, o início da Iniciativa Novas Oportunidades.

densidade populacional. A criação de uma Rede Nacional de Centros, em 2001, e de um Sistema Nacional de Acreditação de Entidades Promotoras de Centros RVCC, este último da responsabilidade da então Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA) (Lima, 2012: 6) constituída em 1999, são outros factos que marcaram o início de uma nova época no que respeita à política pública nacional de qualificação de adultos (Nico e Nico, 2011).

No âmbito daquela Rede, a diversificação das Entidades Promotoras de Centros RVCC e a definição de algumas condições que a “população-alvo”, a ser abrangida pelo Processo de RVCC, deveria satisfazer foram dois aspectos privilegiados. A grande heterogeneidade de Entidades Promotoras dos referidos Centros acreditadas ilustra a concretização do objectivo enumerado em primeiro lugar. Em 2010, 44% dos CNO localizavam-se em Escolas Básicas ou Secundárias e 19% em Centros de Formação Profissional. Os restantes 37% estavam distribuídos por Escolas Profissionais (9%), Associações Empresariais (6%), Associações de Desenvolvimento Local (6%), Empresas de Formação (3%), Instituições de Solidariedade Social (3%), Autarquias, Empresas Municipais ou Associações de Municípios (2%), Empresas (1%) e Outras Entidades (7%) (*Estado da Educação 2011*, 149). Por seu lado, as necessidades e acessibilidades das populações menos escolarizadas e a diversidade dos públicos das entidades promotoras de Centros RVCC foram condições estabelecidas para a definição do perfil da “população-alvo”, a ser preferencialmente abrangida pelo Processo RVCC (Lima, 2012). O total acumulado dos inscritos que, entre 2000 e 2010, no Continente e RAM aspirava obter a certificação de nível básico ou secundário, concretamente 1.316.955 adultos (*Estado da Educação 2011*: 138; Nico e Nico, 2012: 10), reflecte a adequação do modelo desenhado de oferta de EFA “ao perfil e necessidades desta população (...) pouco qualificada” (*Estado da Educação 2011*: 138).

Os elementos antes enumerados merecem dois comentários. Por um lado, sugerem a amplitude e diversidade de recursos organizacionais,

humanos e materiais mobilizados na aplicação da nova política pública nacional de qualificação de adultos. Sugerem ainda as exigências burocráticas e os complexos procedimentos técnicos e de avaliação que as entidades envolvidas nesta última tiveram de se submeter, em detrimento do prosseguimento das experiências e conhecimentos que acções enquadradas pela Iniciativa Comunitária Leader, e concretizadas por organizações da sociedade civil, nomeadamente Associações de Desenvolvimento Local (ADL), permitiram acumular (Fragoso e Guimarães, 2010: 18)⁶.

Por outro lado, os mesmos elementos ilustram a forte expectativa que Portugal depositava para, através da nova política de qualificação de adultos, se aproximar dos níveis de escolaridade registados, há muito, pelos seus parceiros europeus (Guimarães, 2013: 144). Se em 1800 a taxa de analfabetismo em Portugal (cerca de 90%) não destoava da dos restantes países do sul da Europa, os 78% registados um século depois já significavam uma clara desvantagem comparativamente a Espanha (60%), Itália (56%) e, sobretudo, aos territórios da Europa industrializada (Escandinávia, Alemanha e Inglaterra), onde aquela taxa já tinha caído para valores entre os 10% e 30% (Carneiro, 2011: 51). Este cenário, manter-se-ia até à actualidade. Em 2000, do total dos activos nacionais, 64,2% não possuía o 9º ano de escolaridade (na altura, o limiar de ensino obrigatório). Destes, 8,9% não tinha qualquer nível de instrução, e 33,9% e 21,4% detinham, respectivamente, quatro e seis anos de escolaridade (INE, Inquérito do Emprego, 2000, em Lima, 2012: 4). Por seu lado, enquanto 59,8% da população da UE-15, entre os 25 e os 64 anos, tinha completado pelo

⁶ A ilustrar o papel das ADL na adopção de abordagens inovadoras no que respeita à EFA estão, por exemplo, as duas acções de formação concretizadas pela Rota do Guadiana, em 1998/99, no âmbito do desenvolvimento local e à margem do sistema educativo formal. Estas acções de formação, à data, inovadoras uma vez que as competências de base (escolares) foram ministradas em simultâneo com as tecnológicas (profissionais), inscreveram-se no Projecto Empresas Solidárias – Turmas de 2º Ciclo ao abrigo de currículos alternativos (Machado, 2011).

menos o ensino secundário (ISCED 3), em Portugal só 19,4% o concretizara (Eurostat/Institutos Nacionais de Estatística % Inquérito ao Emprego/PORDATA, acessido em 27 Maio 2013). Em suma, com a nova política pública nacional de qualificação de adultos Portugal procurava colmatar dois séculos de “desinvestimento educativo” (Carneiro, 2011: 51) e superar as consequências negativas do mesmo. Estimando-se que um ano adicional de escolaridade contribui para aumentar a taxa de crescimento anual do Produto Interno Bruto entre 0,3 a 0,5 pontos percentuais, o crescimento do PIB nacional, entre 1970 e 1990, poderia ter sido mais elevado se o nível médio de escolaridade em Portugal (8,2 anos) fosse idêntico ao da OCDE (12 anos) (OCDE, 2005). Como Capucha (1998: 236) também sublinha “as vantagens comparativas das economias assentam, antes de mais, na qualidade das populações”.

Aos frágeis índices de qualificação escolar e profissional da maioria dos portugueses, traduzidos no cenário quantitativo acima traçado, acresce “(...) um problema qualitativo, expresso nos mais baixos indicadores de literacia apresentados ao nível da OCDE” (Fernandes e Trindade, 2004: 26). No estudo da OCDE (2000), Portugal destacava-se, entre nove dos Estados-Membros da UE⁷, pelos baixos desempenhos em literacia. De 5 níveis de proficiência, 48% da população portuguesa na faixa etária entre os 16 e os 65 anos de idade localizava-se no nível 1 (“competência muito reduzida”) em literacia em prosa (capacidade em compreender a informação normal de um jornal) – seguindo-se a Irlanda com 22,6% –, em literacia documental (compreender documentos como cheques ou mapas) com 49,1% – a seguir ao Reino Unido com 23,3% – e em literacia quantitativa (compreender, por exemplo, qual o montante de juros a pagar sobre um empréstimo através da leitura de um anúncio) com 41,6% dos portugueses – seguindo-se o Reino Unido que registava 23,2% (Fernandes e

⁷ Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Holanda, Irlanda, Reino Unido e Suécia.

Trindade, 2004: 26-28). Sem pretender minimizar os cenários descritos para o território nacional, importa sublinhar que os mesmos ignoram, quer a formação de muitos adultos ministrada desde 1985 no âmbito dos três Quadros Comunitários de Apoio e co-financiada pelo Fundo Social Europeu, dado os resultados da mesma não terem sido acompanhados por qualquer processo de verificação (Fernandes e Trindade, 2004: 29), quer as competências e saberes individuais apreendidos “no trabalho, na vida social e na vida cívica (...)” (ANEFA/DGFV, 2001: 9).

Procedimentos metodológicos



A evidência empírica que sustenta este trabalho foi recolhida por inquéritos por questionário. Antes, porém, foram definidas as características e identificadas as áreas geográficas onde os mesmos deveriam ser aplicados, e ainda delimitados os contornos do perfil social dos indivíduos a inquirir. Tendo em conta os objectivos do estudo importava que nos territórios rurais a seleccionarem se localizassem entidades responsáveis, simultaneamente, por Centros Novas Oportunidades e pela elaboração/submissão de candidaturas de projectos de investimento às Acções das Medidas 3.1 e 3.2 do ProDeR. Neste âmbito, a escolha recaiu nos territórios de influência das ADL Rota do Guadiana, ESDIME e ADICES. Dado ainda os objectivos do estudo impunha-se que os indivíduos a inquirir preenchessem duas condições: obtenção de certificação num dos três dispositivos da política de EFA – Processo de RVCC, Cursos EFA ou FMC – e envolvimento, directo e/ou indirecto, em projectos de investimento aprovados no âmbito das Acções das Medidas 3.1 e 3.2 do ProDeR. Face ao exposto, foram eleitos três universos sociais. Um deveria abarcar indivíduos que, tendo obtido certificação num daqueles dispositivos e convertido em trabalhadores independentes, submeteram uma candidatura/projecto de investimento às referidas Acções do ProDeR, outro

indivíduos que, na sequência daquela certificação, se empregaram em unidades produtivas que sujeitaram uma candidatura/projecto de investimento àquelas Acções, por fim, o terceiro universo social deveria ser constituído por indivíduos incentivados a ingressar num dos dispositivos de certificação por parte das empresas onde trabalhavam que, na sequência da candidatura/projecto de investimento submetido às mesmas Acções, visavam dispor de força de trabalho com melhores habilitações/competências escolares e/ou profissionais. A selecção dos inquiridos foi feita com base nas listas, obtidas por cada uma das três ADL, disponíveis na base de dados do Sistema de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO), do Ministério da Educação e Ciência, relativa aos adultos que frequentaram os dispositivos enumerados.

A informação secundária utilizada relativa aos projectos de investimento relacionados com a diversificação das economias rurais⁸ e aos dispositivos de certificação sob análise abrangeram, respectivamente, os períodos entre 2009 e 2011 e entre 2007 e 2011. O momento temporal referido em primeiro lugar é justificado pelo facto de 2009 corresponder ao primeiro ano de candidatura às Acções das Medidas 3.1 e 3.2 do ProDeR, embora este Programa se tenha iniciado em 2007, e de 2011 ser o último ano civil que, tendo em conta o início do trabalho de campo (Setembro de 2012), dispunha de informação para a totalidade dos concursos àquelas Acções. Subjacente à definição do período 2007/2011 esteve a preocupação de acautelar que adultos certificados, por um dos três dispositivos da EFA, antes de as Medidas 3.1 e 3.2 do ProDeR se terem iniciado “no terreno” (2009) não fossem excluídos do universo social de potenciais indivíduos a inquirir por este estudo.

O inquérito por questionário foi a técnica de investigação utilizada na recolha da informação empírica que, depois de testado, foi ministrado

⁸ Medidas 3.1 e 3.2 do ProDeR.



presencialmente a 32 indivíduos⁹. Inutilizado um dos inquéritos, porque muito incompleto, a distribuição dos inquiridos pelos territórios de intervenção das ADL foi a seguinte: Rota do Guadiana: 11, ESDIME: 13 e ADICES: 7 inquiridos. O trabalho de campo decorreu em Outubro de 2012, nos territórios da ADL Rota do Guadiana, e em Janeiro e Março de 2013 nos territórios de intervenção da ESDIME e ADICES, respectivamente.

Antes de prosseguirmos importa sublinhar que o universo dos 31 inquiridos não constitui uma amostra estatisticamente representativa, pelo que as evidências empíricas deste estudo não podem ser extrapoladas para a escala nacional. No entanto é de notar que muitas das conclusões que as mesmas sugerem estão em sintonia, como se verá, com as de estudos com incidência à referida escala.

Atribuir territórios às políticas e concretizá-las com e para as comunidades

Dos 31 adultos inquiridos, 18 são do sexo feminino e 13 do masculino¹⁰. A maioria (17) concentra-se no escalão etário compreendido entre os 25 e os 44 anos. Dos restantes, 13 têm idades entre os 45 e os 64, e um entre os 15 e 24 anos. Do total, 23 indivíduos eram casados, três mulheres

⁹ Para além do contributo dos técnicos das ADL relativamente à elaboração das listas nominais, com base nas quais os inquiridos foram seleccionados, e ao acompanhamento prestado durante a realização do trabalho de campo, expressamos também o reconhecimento aos inquiridos/as pela disponibilidade em responder ao inquérito. Por fim, agradecemos aos Eng^{os} Marco Neves Marques e Miguel Amaral pelo empenho, rigor e entusiasmo que, na qualidade de inquiridores, colocaram na concretização da recolha da informação empírica.

¹⁰ A informação, quantitativa e qualitativa, apresentada neste ponto, baseada na recolha da informação empírica, encontra-se disponível para consulta no Anexo deste trabalho.

divorciadas, e uma mulher e quatro homens solteiros. O cenário traçado relativamente à distribuição dos inquiridos por sexo e grupos etários acompanhados, de perto, o registado na Iniciativa Novas Oportunidades à escala nacional. Entre 2007 e 2010, não só as mulheres representavam uma percentagem superior a 50% do total das certificações¹¹, como o total dos formandos se concentrava nos escalões etários entre os 25 e 34, e os 35 e 44 anos (*Estado da Educação 2011*: 145).



À data do ingresso na política de EFA, só dois dos inquiridos não tinham cumprido a escolaridade obrigatória, apesar das tentativas prévias para a concretizar. As habilitações escolares dos respondentes eram as seguintes: 19 possuíam o Ensino Básico – três detinham o 1º, oito o 2º e oito o 3º ciclo do Ensino Básico –, e três o 12º ano de escolaridade¹². A estes acrescem três indivíduos que tinham frequentado o 3º ciclo do Ensino Básico e seis o Ensino Secundário. As habilitações escolares da maioria dos 31 respondentes ajudam a explicar que parte significativa dos mesmos (12 em 31) tenha procurado obter, através da ALV, uma certificação de nível secundário. Embora o quadro referente às habilitações escolares do universo estudado não possa ser considerado muito favorável, é de sublinhar que o mesmo contrasta, pela positiva, com o nacional. Com efeito, entre 2000 e 2010, do total dos 409.641 adultos certificados, nos CNO do Continente e RAM, a esmagadora maioria (78%) procurou uma certificação de nível básico (*Estado da Educação 2011*: 145).

¹¹ Logo no primeiro Curso EFA, ministrado em 2000/2001, do total de formandos inscritos à escala nacional (181) e na Região do Alentejo (27), respectivamente, 62 % e 89% eram mulheres, que se distribuíram entre a ADL ESDIME (13) e o Instituto de Emprego e Formação Profissional/Centro de Formação Profissional de Santiago do Cacém (14), as duas entidades piloto que à data ministraram aqueles Cursos na Região (Nico e Nico, 2011: 11: 12). A predominância de mulheres é um traço que também caracteriza a maioria das medidas de formação disponíveis em Portugal entre 2004 e 2011 (Dias e Varejão, 2012).

¹² Estes três inquiridos frequentaram FMC.

As opções dos 31 inquiridos recaíram, sobretudo, no Processo de RVCC. Concretamente, 18 (10 homens e oito mulheres) optaram por este dispositivo da ALV. Para além destes, 11 (nove mulheres e dois homens) obtiveram certificação através das FMC, e apenas dois optaram pelos Cursos EFA. As opções descritas reflectem, em larga medida, duas das tendências verificadas à escala nacional. Por um lado, e embora, como já explicitado, a preferência da maioria dos adultos tenha recaído na obtenção de certificação de nível básico, a partir de 2007 (ano de início do Processo de RVCC de nível secundário) o aumento do número de indivíduos certificados neste nível, em Processos de RVCC, cresceu globalmente de forma muito acentuada (*Estado da Educação 2011*: 141: 145). Por outro lado, o impacto na empregabilidade decorrente da certificação através daquele dispositivo também ajuda a explicar aquela preferência. De acordo com as conclusões de um trabalho recente à escala nacional, enquanto os RVCC Profissionais melhoram a empregabilidade, em particular para os homens, já os RVCC Escolares têm alguma influência positiva na probabilidade de encontrar emprego, apenas nos casos de participantes que frequentaram, em complemento, FMC (Lima, 2012: 73-74). O exposto ilustra que, apesar de nem todos os dispositivos de certificação, quer por via da formação quer do reconhecimento de competências adquiridas ao longo da vida, terem idêntico impacto na empregabilidade, a procura dos mesmos por parte dos adultos reflecte as (novas) exigências de acesso ao emprego (Fernandes & Trindade, 2004; Abrantes, 2013).

A informação empírica recolhida evidencia ainda o interesse dos inquiridos pela aquisição/aperfeiçoamento de conhecimentos e competências. Com efeito, 20 (dos 31) respondentes tinham frequentado, antes da certificação no âmbito da ALV, acções de formação profissional de curta duração. De notar também que parte significativa destes formandos são mulheres, facto que não é de estranhar dado que dos 19 inquiridos que, à data de ingresso na EFA, tinham habilitações escolares mais baixas, 12 eram do sexo feminino. Sobre as acções de formação profissional de



curta duração são ainda de reter três outros aspectos. O primeiro corresponde à grande diversidade temática daquelas acções, e de o mesmo indivíduo ter frequentado mais do que uma acção. A propósito daquela diversidade, constata-se que as preferências das mulheres recaíram em temas que, em larga medida, estão associados ou correspondem a prolongamentos de trabalhos relacionados com as funções que asseguram na família enquanto “esposas”, “mães” e “cuidadoras” dos mais idosos. As acções designadas, de acordo com a identificação das inquiridas, por “curso de primeiros socorros”, “mulheres empreendedoras”, “higiene e segurança”, “práticas de necessidades educativas especiais”, “expressão plástica”, “costura”, “geriatria” e “culinária” ilustram o afirmado. O segundo aspecto a reter tem a ver com o facto de a maioria dos inquiridos que procuraram aquele tipo de acções de formação (17 em 20) o ter feito por opção/iniciativa própria. Por fim, é de sublinhar que as acções de formação profissional, identificadas pelos respondentes, foram também organizadas pelas ADL que ministraram os dispositivos de ALV frequentados pelos mesmos.

Os factos relatados merecem três breves comentários. O primeiro para sublinhar a pró-actividade da maioria dos respondentes pela procura de novos conhecimentos e competências. Esta atitude revela bem o interesse e a capacidade dos mesmos para “aprender a aprender”, e a vontade de escapar ao “círculo vicioso da educação” gerado por níveis educacionais baixos e ao conseqüente aumento do risco de pobreza (EC, 2008: 72)¹³. O outro comentário prende-se com as opções temáticas das acções de formação por parte das mulheres. A tendência acima relatada, bem como a associação das opções descritas com as funções que o padrão tradicional da divisão sexual do trabalho atribui à mulher, das quais resulta um padrão identitário de género, também perpassam num estudo recente, baseado

¹³ Sobre a questão dos baixos índices de escolaridade, pobreza e exclusão social nos territórios rurais ver também, por exemplo, Pereira (2010).

em 53 Portefólios Reflexivos de Aprendizagens (histórias de vida autobiográficas) realizados por adultos que concretizaram o Processo de RVCC entre 2008 e 2010 (Abrantes, 2013). Por fim, é de assinalar a coincidência dos locais, geográfico e institucional, onde as acções de formação profissional de curta duração e as relativas à ALV foram concretizadas pelos inquiridos, nomeadamente a mesma ADL, e os impactes positivos que dela decorrem, quer para os residentes rurais, quer para as dinâmicas socioeconómicas destes territórios, quer ainda para consolidar e potenciar o processo de desenvolvimento rural¹⁴. Por um lado, aquela coincidência criou condições favoráveis para que os inquiridos pudessem ter acesso e frequentado distintas modalidades de formação e educação formais. Por outro lado, a mesma coincidência também contribuiu para estreitar as relações de proximidade, física e relacional, e de cooperação entre as ADL e os residentes e as comunidades rurais. Por fim, os impactes positivos da referida coincidência para o processo de desenvolvimento rural são aqui ilustrados com o universo dos 15 respondentes que, no momento de realização do inquérito, eram trabalhadores independentes. Dos 12 que se candidataram a projectos de investimento ao ProDeR, no âmbito da Medida 3.1 ou Medida 3.2., nove beneficiaram directamente de apoio, para a elaboração daquelas candidaturas, por parte da ADL onde tinham concretizado a respectiva EFA. A importância da coincidência entre os referidos locais, geográfico e institucional, e das relações de proximidade, física e relacional, que dela decorre é também reconhecida e valorizada pelos inquiridos, ainda que indirectamente. Solicitados a avaliar a importância da “ligação” da oferta de EFA com outras formas de apoio local por parte das ADL, do total das 28 respostas obtidas¹⁵, 15 classificaram-na como “muito importante” e as restantes 13 como “importante”.

¹⁴ Sobre o papel crucial destes “agentes territoriais”, enquanto “actores determinantes na aplicação e avaliação” de políticas públicas, ver também, por exemplo, Pérez Sanchez, Trinidad Requena e Ortega Pérez (2013).

¹⁵ Nesta pergunta foram registadas três não-respostas.



O exposto ilustra bem a capacidade das ADL para não só “atribuírem” territórios concretos a políticas definidas à escala nacional e, portanto, materializarem formas de desenvolvimento orientadas para as comunidades, mas também assegurarem a aplicação destas políticas de forma conjugada potenciando, deste modo, a eficiência e a eficácia das mesmas e com mais-valias sólidas para os territórios. Aquelas formas de desenvolvimento e estas mais-valias alicerçam-se em três grandes eixos. Por um lado, exercitando o princípio da subsidiariedade, as ADL “ligam o que está desligado” (baseado na Comunicação de Ferrão, 2013)¹⁶. Por outro lado, ao garantirem uma maior integração de instrumentos de política e uma melhor coordenação entre actores sociais, as ADL articulam a coesão (dimensão social) com a competitividade (dimensão económica) quebrando, assim, dicotomias (social *versus* económico) que, entre nós, ainda tendem a perdurar. Por fim, convertem os indivíduos, entendidos e identificados pelas políticas públicas como destinatários/beneficiários das mesmas, em protagonistas e co-autores (ou produtores) das acções que os instrumentos daquelas políticas disponibilizam (baseado na Comunicação de Ferrão, 2013). Ou seja, promovem e concretizam o desenvolvimento rural *para e com* os residentes rurais, perspectivando estes últimos como actores sociais. Isto é, como “*loci* de decisão e acção” (Hindess, 1986: 115).

¹⁶ No caso concreto, as ADL “ligaram” as políticas públicas de EFA e de Formação Profissional de curta duração com as de Diversificação da Actividade Económica em meio rural.

Trajectórias ascendentes, reforço da cidadania e emancipação no feminino



Analisando a opinião dos inquiridos sobre os contributos da certificação obtida, conclui-se que a maioria (20 em 31) a avalia como “muito importante” para o “reforço da auto-estima e da auto-avaliação”, aspectos também confirmados por outros estudos (Carneiro, 2011). De seguida, e por ordem decrescente do número de respostas, surge o “auto-conhecimento” que, em larga medida, está relacionado com o contributo anterior, e a respectiva “inserção ou progressão profissional”. As duas vertentes acabadas de referir concentraram idêntica adesão: mais de metade (18 em 31) dos respondentes avaliou-as como “muito importante”. De seguida, surgem os contributos da certificação obtida para a “definição/reconstrução do [respectivo] projecto pessoal”, “definição/reconstrução do [respectivo] projecto profissional” e “aumento da [respectiva] empregabilidade (capacidade de se empregar)”. Cada uma destas dimensões foi avaliada por 16 (em 31) dos inquiridos como “muito importante”. A avaliação menos relevante, de acordo com a opinião dos mesmos, recaiu no contributo da certificação para a respectiva “inserção na sociedade”. Só nove (em 31) dos inquiridos lhe atribuiu a classificação de “muito importante”, e 13 (em 31) classificaram-no como “importante”.

De seguida dá-se a conhecer a situação na profissão dos respondentes antes e após a respectiva certificação, no âmbito da ALV. Aquando da inscrição neste processo, aquela situação era a seguinte: 12 eram trabalhadores por conta própria (sete homens e cinco mulheres), 15 trabalhavam por conta de outrem (cinco homens e 10 mulheres), uma mulher encontrava-se na situação de falso recibo verde, e duas mulheres e um homem no desemprego. Dos 15 assalariados, 10 estavam empregados no sector público, sete dos quais numa Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), e cinco no sector privado. O quadro traçado relativo à precariedade



no emprego (falso recibo verde) e desemprego no feminino, bem como às menores qualificações escolares detidas pelas mulheres, comparativamente às dos inquiridos e já acima salientadas, está longe de ser uma especificidade nacional. Com efeito, para além do desemprego ser uma particularidade do mercado de trabalho feminino nos territórios rurais da UE, as “mulheres rurais” da Europa, comparativamente aos homens, partilham oportunidades de trabalho mais escassas, os empregos pior remunerados e de mais baixo estatuto social e profissional (Rodrigo, 2010: 5). Após a obtenção da certificação, 15 dos 31 inquiridos geriam um negócio próprio (10 homens e cinco mulheres). Dos 16 restantes, três homens e 13 mulheres trabalhavam por conta de outrem.

O cenário traçado encontra algumas semelhanças com o registado à escala nacional. Concretamente, entre 2007 e 2011, não só os participantes de Processos de RVCC trabalhadores por conta de outrem constituíam o grupo dominante, independentemente da idade, como a proporção de desempregados mulheres era tendencialmente superior à dos homens, em todos os escalões etários (Lima, 2012: 46-9). Contudo, o referido quadro também apresenta alguns contrastes. Enquanto no universo estudado os trabalhadores independentes são maioritariamente homens, à escala nacional a percentagem de mulheres trabalhadoras independentes com RVCC era tendencialmente superior à dos homens, em todos os grupos de idade (Lima, 2012: 49). O conteúdo da informação empírica antes descrita impõe ainda outros comentários. Em primeiro lugar é de evidenciar que, embora para parte significativa dos inquiridos (27 em 31), a certificação proporcionada pela ALV não tenha influenciado a respectiva integração na vida laboral, sucede que a mesma contribuiu para assegurar esta função no caso dos três desempregados e da assalariada a falso recibo verde como, aliás, os respondentes reconhecem. Das nove respostas que classificaram como “muito importante” o contributo da certificação obtida para a respectiva “inserção na sociedade”, quatro referem-se àqueles respondentes que, após a certificação, se converteram





em trabalhadores independentes (um homem e uma mulher no desemprego) e passaram a integrar o mercado de trabalho formal (a outra desempregada e a assalariada a falso recibo verde). A relevância que estes inquiridos atribuem à função e significado da inserção individual no mercado de trabalho faz-nos recordar que no capitalismo, associado a cada um de nós, está um valor económico que o trabalho formal nos confere. Ou, como refere André Gorz (2013), o trabalho remunerado continua a ser a principal fonte de identidade e de sentido da vida de cada um, apesar de, como Sennett (2000) demonstra, as transformações introduzidas pelo “capitalismo flexível”, ao distanciaram as formas de trabalho dos esquemas clássicos, provocam a dissolução da “identidade do trabalhador”.

O segundo comentário prende-se com as alterações registadas na situação na profissão dos (restantes) 27 inquiridos que se encontravam integrados no mercado de trabalho formal aquando do respectivo ingresso no processo de ALV. Daqueles 27, 11 trabalhadores independentes mantiveram-se nesta situação, dois trabalhadores por conta de outrem (um no sector público e outro no privado) converteram-se em empresários, uma trabalhadora independente converteu-se em assalariada e, por fim, 12 trabalhadores por conta de outrem mantiveram esta situação profissional. Ou seja, as alterações acabadas de descrever, bem como as dos quatro casos antes comentados, traduzem trajectórias, sociais e profissionais, ascendentes, e de melhoria ou reforço da estabilidade na situação na profissão e das condições de empregabilidade. O último comentário centra-se nos significados daquelas trajectórias e na importância que a “desocultação” dos saberes e competências, adquiridas ao longo da vida (Abrantes, 2013: 2), proporcionada pelo balanço de competências e pelas abordagens autobiográficas, tiveram para os próprios e, também, para a sociedade portuguesa. Por um lado, os percursos de mobilidade ascendente traduzem-se, é certo, na “melhoria efectiva das condições de existência e dos estatutos simbólicos, face àqueles que os indivíduos conheceram pela mão dos seus pais e avós” (Abrantes, 2013, 36). Contudo, os mesmos

percurso também contribuem para os processos de auto-afirmação perante o “Outro” e de (re)construção social do “Eu” e, deste modo, para o reforço do estatuto individual de cidadania. Com efeito, a ALV para além de permitir concretizar “intenções mais pessoais (...), reatar percursos de formação (...), reorientar a vida (...), dar um sentido à existência (...), [criar] a possibilidade de reconhecimento das competências adquiridas [pelos adultos] na ‘*escola da vida*’ (...), [também] contribuiu efectivamente para a formação de novas disposições e representações do mundo e de si mesmos, funcionando como *meio de legitimação, dignificação e reinscrição de segmentos desfavorecidos da população no espaço social e na história colectiva (...)*” (Abrantes, 2013: 6: 5: sublinhados nossos).

Pequenos investimentos, novos negócios e experiências de autonomia

O universo dos trabalhadores independentes inquiridos corresponde a cerca de metade (15) do total dos respondentes (31). As 15 empresas, geridas por 10 homens e cinco mulheres, dedicavam-se a uma panóplia de actividades. Estas incluíam a restauração, comércio por grosso de produtos químicos e de carnes, construção civil, reparação de automóveis, cabeleireiro, uma pequena loja de venda de produtos agro-alimentares locais e ainda uma pequena queijaria, para além da actividade agrícola. Embora de acordo com um dos critérios de classificação formal das empresas a quase totalidade das mesmas (14 em 15) se incluam no grupo das microempresas (até 10 trabalhadores), a informação empírica revela, contudo, a grande heterogeneidade deste universo. Das 14 microempresas, nove incluem-se no escalão de emprego entre 1-3 trabalhadores, quatro entre 4-6, e uma entre 7-9 trabalhadores. A estas micro, acresce uma média empresa (25-49 trabalhadores). Um outro aspecto a reter é o facto de só dois dos 15 inquiridos admitiram ter, na respectiva empresa, trabalha-





dores com algum laço de parentesco. Por outro lado, a totalidade reconheceu ter indivíduos ao serviço da empresa que, tal como eles, viram os respectivos saberes e competências adquiridas na “escola da vida” (Abrantes, 2013: 1) certificadas pela EFA. Ou seja, homens e mulheres que, tal como os inquiridos, puderam “libertar-se” da condição subalterna que supostamente a sociedade lhes tinha fixado.

A localização das empresas distribui-se nos territórios circunscritos pelas sedes dos concelhos onde os inquéritos foram realizados (nove casos) e pelas aldeias envolventes das mesmas (seis casos). Ou seja, a diversificação da actividade económica não ficou, nos casos estudados, limitada às vilas onde as dinâmicas socioeconómicas rurais tendem a ser, regra geral, mais evidentes.



Dos 15 inquiridos trabalhadores por conta própria, 12 candidataram-se a projectos de investimento, no âmbito do ProDeR, que se vieram a concretizar com excepção de uma candidatura não-aprovada por falta de financiamento. Os montantes totais dos investimentos associados a estes projectos variaram entre os 25.000 euros e os 350.000 euros. Considerando os seguintes escalões para os montantes totais de investimento, o número de projectos em cada escalão são os seguintes: até 50 mil euros quatro projectos; entre 51 a 100 mil euros dois; entre 101 e 150 euros dois; entre 151 e 200 mil euros dois, e igual ou mais de 201 mil euros dois projectos. A natureza dos investimentos realizados foi diversificada. Abarcaram desde a aquisição de equipamentos, onde se incluem máquinas agrícolas, uma plataforma de reboque e sistemas informáticos, a (re)construção e ampliação de infra-estruturas (armazéns), até à criação de condições para a concretização de uma iniciativa de turismo rural.

Os projectos de investimento aprovados, no âmbito da Medida 3.1 e 3.2 do ProDeR, e submetidos pelas cinco trabalhadoras por conta própria encontram-se no primeiro (quatro casos) e no segundo (um caso) escalões de investimento acima descritos. Os pequenos negócios geridos por estas mulheres traduzem-se na actividade de cabeleireiro, restauração,



uma pequena loja de produtos agro-alimentares locais e uma pequena queijaria. Sobretudo as duas situações enumeradas em último lugar são ilustrativas de sectores de micro-empendedorismo rural que, frequentemente, são (e estão) associados ao género feminino. Estes sectores são, precisamente, o da produção, transformação e comercialização artesanal de produtos alimentares locais, para além dos relacionados com o ambiente e o turismo rural, como a realidade portuguesa (Baptista e Cristóvão, 2003) e europeia ilustram (Rodrigo, 2010: 10).

A explicar quer a preferência das mulheres por aqueles sectores de actividade económica, quer a associação dos mesmos com o género feminino, esta última legitimada em larga medida pelos estereótipos culturais e ideológicos dominantes, estão dois elementos relevantes. Por um lado, a função daquelas enquanto guardiãs privilegiadas de parte significativa dos saberes/saberes-fazer e das competências associadas às actividades económicas a desenvolver no âmbito dos sectores referidos, dada a sua relação com legados culturais, transmitidos de mães para filhas e entre gerações. Aliás, como se sabe, muitos daqueles saberes e competências são pertença de identidades territoriais rurais locais que o actual “processo de reestruturação do rural” pretende recuperar, revitalizar e revalorizar. Por outro lado, aquelas actividades económicas permitem às mulheres converter os respectivos saberes tácitos e competências domésticas em “trabalho produtivo” gerador de rendimento económico (Rodrigo, 2010: 10-11). Ainda relativamente a algumas das características dos negócios das cinco inquiridas é de salientar a sua sintonia com os contornos gerais do perfil dominante dos micro negócios também geridos por mulheres noutros territórios rurais da UE. De acordo com vários estudos, a larga maioria daqueles são de dimensão física muito reduzida e de natureza familiar. O funcionamento e a gestão dos micro negócios rurais geridos por mulheres tendem também a assentar em saberes tácitos e no uso de matérias-primas que lhes são familiares, porque também utilizadas e manuseadas nas funções de “doméstica”, de “esposa” e de “mãe”. Aqueles





micro negócios envolvem, regra geral, um reduzido investimento em capital, comparativamente às iniciativas geridas por homens, estão articulados, sobretudo, com mercados locais e implantados no espaço de residência, assegurando, deste modo, que as mulheres podem continuar a conciliar a execução dos trabalhos “doméstico” e “familiar”, e tirar partido da flexibilidade, em termos de duração e conjugação temporal, associada a estes últimos (Rodrigo, 2010; 2011; Portela, 2006; Portela e Baptista, 2003).

Solicitados a indicar as quatro principais razões que tinham levado os trabalhadores por conta própria inquiridos a participar num dos dispositivos da ALV, as respostas concentraram-se nas seguintes componentes: “valorização da experiência profissional e pessoal” e “obter um grau/certificado escolar” com, respectivamente, 10 e oito respostas. Ou seja, motivações que denunciam a importância que os respondentes atribuem ao reconhecimento de “si próprios” pelos “Outros”. Este aspecto é tanto de sublinhar, quanto, antes de ingressarem na EFA, 11 dos inquiridos já geriam o respectivo negócio próprio, e três já tinham reunido as condições objectivas (projecto de investimento aprovado e financiado pelo ProDeR) para o fazer. Para além das referidas, há a assinalar outro tipo de motivações, de acordo com os próprios: “poder fazer certas tarefas no meu negócio, tais como: informática, inglês, outras ferramentas, maior capacitação, ...” e “facturar mais com o meu negócio”. A valorização destas dimensões específicas é também assinalada por outros estudos realizados à escala nacional (ver, por exemplo, Carneiro, 2011).

Mobilizar a comunidade e reforçar a sua autonomia



Dos 16 assalariados inquiridos (3 homens e 13 mulheres), 10 estavam afectos a IPSS, dois a empresas privadas, três a Câmaras Municipais e um a uma empresa pública. Desempenhavam, na sua maioria, trabalhos



não-especializados. As 10 mulheres empregadas em IPSS asseguravam funções diversificadas no âmbito do que é designado por apoio a crianças e a idosos. Este facto reflecte, de novo, os padrões tradicionais de relações e de identidade de género ainda dominante na sociedade portuguesa, sobretudo entre os grupos sociais com níveis de escolaridade e de remuneração mais baixos. Dos restantes seis inquiridos, um homem e três mulheres exerciam funções administrativas, um homem acompanhava obras públicas e o outro trabalhava num laboratório fotovoltaico de acreditação de energias alternativas. O cenário traçado está em sintonia com o registado à escala nacional. Entre 2007 e 2011, os participantes em Processos de RVCC trabalhadores por conta de outrem também estavam concentrados em sectores de actividade económica menos intensivos em tecnologia e conhecimento, e recebiam remunerações inferiores às auferidas pelos não-participantes (Lima, 2012: 47).

As entidades empregadoras dos inquiridos eram, na sua maioria, pequenas empresas (sete incluíam-se no estrato de emprego entre 10 e 24 trabalhadores). Das restantes, quatro eram médias empresas (entre 25 e 49 trabalhadores), quatro empregavam 50 e mais trabalhadores e, finalmente, uma era microempresa (empregava entre 7-9 trabalhadores). Para além dos órgãos de poder local (Câmaras Municipais) e das IPSS (Serviço Social), as restantes entidades onde os respondentes trabalhavam pertencem às áreas de actividade dos serviços (concretamente, apoio a crianças e, sobretudo, a idosos, e desenvolvimento de energias renováveis), e da construção civil.

Constata-se ainda uma grande unanimidade das motivação subjacentes à decisão dos inquiridos em integrar um dos dispositivos da ALV para, através do mesmo, obterem a certificação dos saberes e competências adquiridos ao longo da vida. As motivações que colheram maior adesão foram “valorizar a experiência profissional e pessoal” (12 respostas no total das 43 obtidas), “criar condições para vir a progredir na carreira” (nove respostas) e “obter um grau/certificação escolar” (sete respostas).



Contudo, a informação empírica permite indicar outro tipo de motivações: um inquirido nomeou, em lugar prioritário, “melhorar a auto-estima” e outro eleger a razão “gostar de estudar”. Por fim, só dois indivíduos frequentaram a EFA porque a mesma foi “proposta/imposição da entidade patronal”.



Conclusões

Os impactes da certificação proporcionada pela EFA nas trajectórias, pessoais e profissionais, das 18 mulheres e 13 homens inquiridos, foram diversificados. Reflectiram-se nas respectivas vidas pessoais e profissionais, mas também nas dinâmicas socioeconómicas das comunidades rurais de residência e na sociedade portuguesa. De seguida sintetizam-se com base no ponto anterior, os principais impactes em cada uma destas escalas.

As alterações registadas na situação na profissão dos inquiridos, antes e após a certificação obtida, permitem concluir sobre o contributo directo e positivo da mesma para as trajectórias, sociais e profissionais, ascendentes, melhoria ou reforço da estabilidade e das condições de empregabilidade, para a conquista de dimensões cruciais que compõem o estatuto individual de cidadania¹⁷, para escapar à pobreza e exclusão social e, ainda, para a emancipação social das mulheres.



A certificação de saberes e competências adquiridas ao longo da vida assegurou ainda outros tipos de funções que se reflectem no funcionamento das empresas dos 15 inquiridos que, no momento de realiza-

¹⁷ Como Carvalho (2012) evidencia, as classes sociais com maiores défices de recursos escolares são também as que evidenciam níveis mais débeis de participação cidadã e detêm menor capacidade de influência do poder central, seja este político ou económico, reproduzindo a subalternidade política.



ção do inquerito eram trabalhadores por contra própria e, em consequência, no das comunidades rurais onde aquelas se localizam. A confirmar o referido estão, por um lado, os benefícios daquela certificação para a reorientação do tecido rural para novas abordagens de actividades tradicionais e, deste modo, para estimular e reforçar as dinâmicas socioeconómicas e as economias dos territórios rurais. O estímulo e reforço destas dinâmicas e economias concretizaram-se através da criação de emprego à escala local rural e, conseqüentemente, de riqueza *no e para* o local, e da construção/concretização de projectos individuais feitos *pelos e para* os residentes rurais. De sublinhar que, nos casos estudados, as dinâmicas socioeconómicas descritas não se circunscreveram às sedes de concelho ou vilas, onde regra geral as mesmas tendem a concentrar-se, mas também foram (re)criadas nas aldeias gerando emprego onde este mais escasseia.

A realidade factual evidencia ainda que os vários tipos de impactes positivos enumerados foram possíveis porque as duas políticas públicas aqui subjacentes (Educação e Formação de Adultos e Diversificação da Actividade Económica em meio rural) “desceram” aos territórios, foram aplicadas de forma articulada e orientadas para as necessidades dos mesmos e ainda operacionalizadas com base em modelos flexíveis que, imbuídos na crença da importância do papel dos agentes locais e das (múltiplas) atractividades e identidades dos territórios rurais, mobilizaram as comunidades. Para a concretização do referido, o papel e funções das ADL foram cruciais. Foram estas que asseguraram a ligação do local à “envolvente” nacional, quebrando a dicotomia “local *versus* nacional” e, conseqüentemente, a natureza “insular” que ainda caracterizam algumas acções de desenvolvimento rural, e converteram os destinatários/beneficiários daquelas políticas em (co)produtores das mesmas. Estes processos de descentralização permitiram concretizar experiências de autonomia, individual e colectiva, e ainda desenvolver e alargar as bases de desenvolvimento sustentável das comunidades rurais. Em suma, as ADL contribuíram para a concretização do ideário socioeconómico e político subjacente ao de-



envolvimento rural sustentável. Este supõe, nomeadamente, facilitar quer a proximidade espacial das populações rurais com a governação das respectivas comunidades, com reflexos positivos no inter-relacionamento das mesmas com os poderes regional e nacional, quer o acesso daquelas à informação e outros recursos, tendo em vista o desenvolvimento das áreas rurais através de iniciativas baseadas *nas e pelas* comunidades locais. Supõe ainda não só promover e concretizar formas de governança mais inclusivas e transparentes, mas também o desenvolvimento participativo, retirando esta prática da marginalidade. Supõe, por fim, reforçar a cidadania, a inclusão social, a “capacitação” e a resiliência, individual e das comunidades rurais, através da melhoria da representação (e da representatividade) de grupos e categorias sociais que, regra geral, tendem a ser marginalizadas e a estar sub-representadas nas e pelas políticas (Rodrigo, 2010: 4).

Desafiando-nos a fazer o exercício de projectar, no futuro próximo, as consequências positivas dos “ensinamentos” da aplicação, no passado próximo, das duas políticas públicas analisadas, com base na informação empírica recolhida e aqui comentada, não é possível deixar de ponderar o conteúdo de normativos recentes que moldarão, de forma relevante, o futuro da política de EFA. Referimo-nos à Portaria n.º 135-A/2013, publicada em Março, que substitui os CNO por Centros para a Qualificação e Ensino Profissional (CQEP). Esta substituição leva-nos a questionar até que ponto subjacente à mesma, e ao arrepio das orientações europeias (*Resolução do Conselho*, 2011; Dohmen e Timmermann, 2010), não está o propósito de voltar a negar o reconhecimento e valorização social de saberes e competências adquiridas pelas vias não-formal e informal. Estas preocupações também encontram eco na Recomendação n.º 3/2013 do Conselho Nacional de Educação, sobre Políticas Públicas de Educação e Formação de Adultos. Como aí é explicitado, com “o afastamento dos profissionais que acompanham os adultos ao longo dos processos de RVCC dos júris de certificação, a introdução de classificações quantitativas

para o reconhecimento e validação de competências, com distinção entre auto e heteroavaliação, uma prova para a certificação de competências, cuja matriz será construída pela ANQEP, pontuada de 0 a 200, *aproxima este processo dos exames escolares, orientando-o para a memorização de conteúdos, em contraciclo com as orientações europeias, que defendem a valorização das competências adquiridas ao longo da vida, numa perspetiva integradora dos saberes*” (Diário da República, 2.ª série % N.º 95 % 17 de maio de 2013: 15 760: sublinhados nossos).

A leitura da realidade estudada permite afirmar que se tal possibilidade vier a concretizar-se, a mesma acarreta, seguramente, um empobrecimento para as dinâmicas económicas, sociais e políticas à escala dos territórios rurais locais. Significa também o empobrecimento do país. Sem ignorar as fragilidades e críticas tecidas à política nacional de EFA, iniciada em 2000, quer pelos “mensageiros mediáticos da catástrofe” (Abrantes, 2013: 36), quer pela literatura¹⁸ são, no entanto, de sublinhar os benefícios da mesma¹⁹ traduzidos, entre outros aspectos, na “capacidade surpreendente de recomposição dos percursos e disposições” dos adultos que nela se envolveram (Abrantes, 2013: 35- 36), mas ainda longe dos resultados necessários e desejáveis²⁰.

¹⁸ Ver, por exemplo, Guimarães (2013); Barros (2012); Antunes (2011); Correia (2011); Fragoso e Guimarães (2010).

¹⁹ Ver, por exemplo, Loureiro e Caria (2013); Loureiro, Cristóvão e Caria (2013); Carneiro (2011); Dungen et al. (2011); Lopes (2011); Mendonça & Carneiro (2011); Valente, Carvalho e Carvalho (2011); Capucha (2010); Loureiro e Cristóvão (2010); Neves (2007).



²⁰ Em 2010, a percentagem de portugueses entre os 25 e os 64 anos que tinha atingido pelo menos o nível secundário de educação (12.º ano), concretamente 31,9%, contrasta com a registada quer na UE-27 (72,7%), quer nos outros países da Europa do Sul. Na mesma data, aquela percentagem era de 52,6% em Espanha, 62,5% na Grécia e 55,2% na Itália. A Eslováquia registava o valor mais elevado (91,0%), seguindo-se-lhe a Polónia (88,7%) e a Alemanha (85,8%) (Estado da Educação 2011: 25).

Referências bibliográficas

- Abrantes, Pedro (2013), *A Escola da Vida: Socialização e Biografia(s) da Classe Trabalhadora*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- ANEFA/DGFV (2001), *Referencial de Competências-Chave: Educação e Formação de Adultos*, Lisboa, Maio.
- Antunes, Fátima (2011), “Governança, reformas do Estado e políticas de educação de adultos em Portugal: Pressões globais e especificidades nacionais, tensões e ambivalências”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 92, 3-29.
- Barros, Rosanna (2012), “From lifelong education to lifelong learning”, *European Journal for Research on the Education and Learning of Adults*, 3 (2), 119-134.
- Baptista, Alberto e Cristóvão, Artur (2003), *Mulheres, Formação e Desenvolvimento Rural no Centro Norte Interior de Portugal*, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 18 p.
- Capucha, Luís (2010), “Qualificar as pessoas, abrir as sociedades: Prioridades para a erradicação da pobreza”, *Revista Sociedade e Trabalho*, 41, 41-58.
- Capucha, Luís (1998), “Pobreza, exclusão social e marginalidades”, em Viegas, José Manuel Leite e Costa, Firmino da (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta, 209-242.
- Carneiro, Roberto (2011), “‘New Opportunities’ and new government: A paradigm change in politics”, em Roberto Carneiro (ed.), *Accreditation of Prior Learning as a Lever for Lifelong Learning: Lessons Learnt from the New Opportunities Initiative, Portugal*, UNESCO, MENON, CEPCEP, Lisboa, 29-79.
- Carvalho, Tiago (2012), “Obstáculos de classe à cidadania em Portugal”, *Le Monde Diplomatique (Edição Portuguesa)*, Janeiro, p.6.
- Comissão das Comunidades Europeias (2000), *Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida*, Bruxelas.
- Comissão Europeia (1995), *Livro Branco sobre a Educação e Formação - Ensinar e Aprender, Rumo à Sociedade Cognitiva*, Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Conselho Europeu (2000), *Presidency Conclusions: Lisbon European Council – 23 and 24 March, 2000*.
- Correia, Alexandra (2011), “Educação e formação de adultos e desenvolvimento local”, em Adelina Santos *et al.* (orgs.), *Qualificação de Adultos: Realidades e Desafios no Sul de Portugal*, Edições Pedagogo, Lda., Mangualde, 41-57.
- Dungen, Marja van den *et al.* (2011), “NOI evaluative research. Final review external experts”, In Carneiro, R. (ed.), *Accreditation of Prior Learning as a Lever for Lifelong Learning: Lessons Learnt from the New Opportunities Initiative, Portugal*, UNESCO, MENON, CEPCEP, Lisboa, 365-378.
- Desjardins, Richard e Rubenson, Kjell (2013), “Editorial”, *European Journal of Education*, 48 (2), 193-199.
- Dias, Mónica Costa e Varejão, José (2012), *Estudo de Avaliação das Políticas Ativas de Emprego: Relatório Final*, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, ESFEP Estudos de

- Sondagens e Centro de Economia da UP, Porto, Junho, 172 p.
- Dohmen, D. e Timmermann, D. (2010), Financing Adult Learning in Time of Crisis, Brussels 18-19 October, 57 p.
- Estado da Educação 2011: A Qualificação dos Portugueses*, Conselho Nacional de Educação, Lisboa, 290 p.
- European Commission (2008), “Poverty and Social Exclusion in Rural Areas: Final Study Report”, em *European Communities*, 1-187.
- Fejes, Andreas e Nicoll, Katherine (2013), “Editorial: Approaches to research in the education and learning adults”, *European Journal for Research on the Education and Learning of Adults*, 4 (1), 7-16.
- Fejes, Andreas e Olesen, Henning Salling (2010), “Editorial: Envisioning future research on the education and learning of adults”, *European Journal for Research on the Education and Learning of Adults*, 1 (1-2), 7-16.
- Fernandes, Pedro Afonso (Coord.) e Trindade, Sónia (2004), *O Impacto do Reconhecimento e Certificação de Competências Adquiridas ao Longo da Vida*, Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos (CIDECE), Lisboa, 95 p.
- Ferrão, João (2013), Comunicação ao *Encontro Nacional de Desenvolvimento Local em Portugal: Abordagens, Actores e Resultados*, Centro ISMAILI, Lisboa, 9 e 10 de Maio de 2013.
- Fragoso, António e Guimarães, Paula (2010), “Is there still a place for social emancipation in public policies?”, *European Journal for Research on the Education and Learning of Adults*, 1 (1-2), 17-31.
- Gomes, Maria do Carmo e Simões, Maria Francisca (2007), *Carta de Qualidade dos Centros Novas Oportunidades*, Agência Nacional para a Qualificação (ANQ), Lisboa.
- Gorz, André (2013), “As arrecuas”, em *Le Monde Diplomatique, Versão Portuguesa*, Maio, p. 36.
- Guimarães, Paula (2013), “Reinterpreting lifelong learning: Meanings of adult education policy in Portugal, 1999-2010” *International Journal of Lifelong Education*, 32 (2), 135-148.
- Hindess, Barry (1986), “Actors and social relations”, em Wardell, M. e S. Turner (eds.), *Sociological Theory in Transition*, Allen & Unwin, London.
- Lima, Francisco (2012), *Os Processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e o Desempenho no Mercado de Trabalho*, Instituto Superior Técnico e CEG-IST, Centro de Estudos de Gestão do IST, Lisboa, 90 p.
- Lopes, Henrique (2011), “Discussing New Opportunities inside S-D logic: New Opportunities as a tool of governmental approach for nation value creation”, em Roberto Carneiro (ed.), *Accreditation of Prior Learning as a Lever for Lifelong Learning: Lessons Learnt from the New Opportunities Initiative, Portugal*, UNESCO, MENON, CEPCEP, Lisboa, pp. 263-317.
- Loureiro, Armando e Cristóvão, Artur (2010), “The official knowledge and adult education agentes: An ethnographic study of the adult education team of a local development-oriented nongovernmental organization in the north of Portugal”, *Adult and Continuing Education*, 60 (5), 419-437.
- Loureiro, Armando e Caria, Temo (2013), “To learn and to construct knowledge in the

- contexto of work with adult education: A Portuguese case study”, *International Journal of Lifelong Education*, 32 (2), 149-164.
- Loureiro, Armando, Cristóvão, Artur e Caria, Telmo (2013), “Between external prescription and local practice: The uses of official knowledge by adult education professionals in Portugal”, *European Journal for Research on the Education and Learning of Adults*, 4 (1), 65-80.
- Machado, Filomena (2011), “Passado, presente e future da educação de adultos no Alentejo: um olhar a partir do percurso de uma associação de desenvolvimento local – o caso da Roita do Guadiana”, em Adelina Santos *et al.* (orgs.), *Qualificação de Adultos: Realidades e Desafios no Sul de Portugal*, Edições Pedagogo, Lda., Mangualde, 59-71.
- Mendonça, Maria Amélia e Carneiro, Maria Ana (2011), “The New Opportunities Initiative: understanding public policy from a diachronic perspective”, em Roberto Carneiro (ed.), *Accreditation of Prior Learning as a Lever for Lifelong Learning: Lessons Learnt from the New Opportunities Initiative, Portugal*, UNESCO, MENON, CEPCEP, Lisboa, 81-144.
- Neves, Alexandra Guillemín de Matos e Silva (2007), *Formação de Adultos: O Centro @prender⁺ – Um Estudo de Caso*, Relatório de Fim de Curso de Engenharia Agronómica, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia. 47 p. + Anexos.
- Nico, Bravo e Nico, Lurdes Pratas (2011), “Qualificação de adultos no interior sul de Portugal: Para onde?”, em Adelina Santos *et al.* (orgs.), *Qualificação de Adultos: Realidades e Desafios no Sul de Portugal*, Edições Pedagogo, Lda., Mangualde, 9-27.
- OCDE (2005), *Education at a Glance: OECD Indicators*, Paris, 63 p.
- OCDE (2000), *Literacy in the Information Age: Final Report of the International Adult Literacy Survey*, Paris, 204 p.
- OCDE (1973), *Recurrent Education – A Strategy for Lifelong Learning*, Brussels, OECD Publishing, 91 p.
- Pereira, Elvira (2010), “Contextos territoriais diferentes fazem a diferença no risco de pobreza em Portugal?”, *Revista Sociedade e Trabalho*, 41, 111-124.
- Pérez Sanchez, Margarita, Trinidad Requena, Antonio e Ortega Pérez, Nieves (2013), “Los agentes territoriales como figura dinamizadora del proceso de la política de inserción laboral”, *Revista de Ciências Sociais*, Vol XIX, Nº 1, 22-34.
- Portela, José e Baptista, Alberto (2003), “Agricultoras, mulheres rurais e (in)formação: Estudo de caso na beira litoral”, em José Portela e Caldas, João Castro Caldas (Orgs.), *Portugal Chão*, Celta, Oeiras, 337-358.
- Portela, José (2006), “Mulheres e desenvolvimento *in situ*”, em *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer, Homenagem à Professora Carminda Cavaco*, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 127-1236.
- Resolução do Conselho sobre uma agenda renovada no domínio da educação de adultos* (2011), *Jornal Oficial da União Europeia*, C 372/01.
- Rodrigo, Isabel (2010), “A igualdade de género e as políticas de desenvolvimento rural: retórica e prática”, Comunicação apresentada ao *VIII Coloquio Ibérico de Estudos Rurales*, Cáceres, 21-22 Outubro, 22 p.
- Rodrigo, Isabel (2011), “Pequenas empresas industriais e a herança agrícola”, em Elisabete

- 
- 
- Figueiredo (Coordenação Geral), *O Rural Plural – Olhar o Presente, Imaginar o Futuro*, 100Luz Editora, Castro Verde, 415-428.
- Sennett, Richard (2000), *A Corrosão do Carácter: As Consequências Pessoais do Trabalho no Novo Capitalismo*, Lisboa, Terramar.
- Valente, Ana Cláudia; Carvalho, Lourenço Xavier de e Carvalho, André Xavier de (2011), “Bringing lifelong learning to low skilled: The New Opportunities Initiative”, em Roberto Carneiro (ed.), *Accreditation of Prior Learning as a Lever for Lifelong Learning: Lessons Learnt from the New Opportunities Initiative, Portugal*, UNESCO, MENON, CEPCEP, Lisboa, 145-221.



ANEXO





Quadro 1 – Número de inquiridos/as, por escalão etário e sexo

ADLs	Escalões etários						Total		
	15-24 anos		25-44 anos		45-64 anos		H	M	Total
	H	M	H	M	H	M			
Rota do Guadiana	-	-	2	6	2	1	4	7	11
ESDIME	-	-	3	5	-	5	3	10	13
ADICES	1	-	1	-	4	1	6	1	7
TOTAL	1	-	6	11	6	7	13	18	31

Quadro 2 – Número de inquiridos/as, segundo a habilitação escolar e por sexo antes de ingressar na oferta de qualificação

ADLs	1º ciclo EB		2º ciclo EB		3º ciclo EB		Frequência								12º ano		Total		
	1º ciclo		2º ciclo		3º ciclo		1º ciclo		2º ciclo		3º ciclo		Ensino secundário		12º ano		H	M	Total
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M			
Rota do Guadiana	-	1	2	2	-	2	-	-	-	-	-	1	2	1	-	-	4	7	11
ESDIME	-	2	2	1	-	4	-	-	-	-	-	1	-	-	1	2	3	10	13
ADICES	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-	1	-	2	1	-	-	6	1	7
TOTAL	-	3	5	3	2	6	-	-	-	-	1	2	4	2	1	2	13	18	31

Quadro 3 – Identidade profissional dos inquiridos/as (Nº)

Profissão (de acordo com as palavras dos inquiridos/as)	ADLs			Total
	Rota do Guadiana	ESDIME	ADICES	
Proprietária de uma queijaria	1	-	-	1
Auxiliar de lar	1	-	-	1
Empresário/a	4	1	3	8
Administrativa	2	-	-	2
Assistente operacional	1	-	-	1
Assistente técnico	2	-	-	2
Comerciante	-	1	1	2
Auxiliar de acção educativa	-	3	-	3
Empresário agrícola	-	1	-	1
Ajudante de acção directa	-	1	-	1
Auxiliar de serviços gerais	-	2	-	2
Auxiliar de acção directa	-	1	-	1
Encarregada de serviços gerais	-	1	-	1
Técnico de energias renováveis	-	1	-	1
Auxiliar de geriatria	-	1	-	1
Bate-chapas	-	-	1	1
Esteticista/cabeleireira	-	-	1	1
Estudante	-	-	1	1
TOTAL	11	13	7	31

Quadro 4 – Número de inquiridos/as, segundo o tipo da oferta de qualificação frequentada e por sexo

ADLs	Processo de RVCC		Cursos EFA		Formações Modelares Certificadas		Total		
	H	M	H	M	H	M	H	M	Total
Rota do Guadiana	4	6	-	1	-	-	4	7	11
ESDIME	2	2	-	-	1	8	3	10	13
ADICES	4	-	1	-	1	1	6	1	7
TOTAL	10	8	1	1	2	9	13	18	31

Quadro 5 – Número de inquiridos/as, segundo o tipo e o grau de qualificação obtida

ADLs	Tipo de qualificação:										Total
	Apenas escolar:				Apenas profissional:				Dupla classificação		
	Básico 1	Básico 2	Básico 3	Nível Sec.	Nível 1	Nível 2	Nível 3		Básico 3 + Nível 2	Nível Sec. + Nível 3	
							FM	PC			
Rota do Guadiana	-	1	2	8	-	-	-	-	-	-	11
ESDIME	-	-	3	1	-	-	9	-	-	-	13
ADICES ⁽¹⁾	-	-	-	3	-	1	-	-	-	1	5
TOTAL	-	1	5	12	-	1	9	-	-	1	29

(1) 1 não-resposta e 1 desistência

Quadro 6 – Número de inquiridos/as por sexo que, antes de ingressar na oferta de qualificação, tinham: (i) cumprido a escolaridade obrigatória, (ii) tentado cumpri-la, e (iii) frequentado alguma acção de formação profissional

ADLs	Antes de ingressar na oferta de qualificação:					
	Tinha cumprido escolaridade obrigatória		Tinha tentado cumprir a escolaridade obrigatória		Já tinha frequentado alguma acção de formação	
	H	M	H	M	H	M
Rota do Guadiana	4	7	-	-	1	3
ESDIME	1	10	2	-	2	8
ADICES	6	1	-	-	5	1
TOTAL	11	18	2	-	8	12

Quadro 7 – Número de inquiridos/as, segundo os locais onde frequentaram as acções de formação e origem da iniciativa de participação em acções de formação

ADLs	Local de realização das acções de formação										Frequentou por:		
	Rota do Guadiana	Casa do Povo de Pias em parceria com COMPETIR	NOVINTER	ESDIME	IEFP Aljustrel	GABINA	ADICES	VICENTINA	IEFP	ES/EB 3 de Tondela	Iniciativa		
											Própria	Da entidade patronal	Imposição do IEFP
Rota do Guadiana	9	1	1	-	-	-	-	-	-	-	3	-	1
ESDIME	-	-	-	11	1	1	-	-	-	-	8	2	-
ADICES	-	-	-	-	-	-	4	1	1	1	6	-	-
TOTAL	9	1	1	11	1	1	4	1	1	1	17	2	1

Quadro 8 – Número e tipo de acções de formação frequentadas pelos inquiridos/as

Acções de Formação (de acordo com as palavras dos inquiridos/as)	ADLs			Total
	Rota do Guadiana	ESDIME	ADICES	
Curso de formação de formadores (CAP)	1	2	1	4
Formação de software em Photoshop	1	-	-	1
Curso de excelência ao consumidor	1	-	-	1
Informática	1	2	1	4
Curso primeiros socorros	1	2	-	3
Mulheres empreendedoras	1	-	-	1
Formação em arqueologia (sem equivalência)	1	-	-	1
Formação IEFP	1			
Higiene e segurança	-	3	2	5
Inglês	-	1	1	2
Práticas de necessidades educativas especiais	-	2	-	2
Expressão plástica	-	1	-	1
Animações/eventos	-	1	1	2
Costura	-	1	-	1
Formação agrícola	-	1	-	1
Geriatria	-	2	-	2
Canalização	-	2	-	2
Espaços verdes e jardinagem	-	1	-	1
Culturas forçadas	-	1	-	1
Electricidade para mecânicos de automóveis	-	-	3	3
Transporte de pesados	-	-	1	1
Marketing	-	-	1	1
Gestão e Marketing	-	-	1	1
Hotelaria	-	-	1	1
Transporte de animais	-	-	1	1
Culinária	-	-	1	1
Manipulação de carnes	-	-	1	1
Turismo	-	-	1	1
TOTAL	8	22	17	47

Quadro 9 – Conhecimento e avaliação das ADLs pelos inquiridos/as (I) (Nº de respostas)

ADLs	Inquiridos/as que (Nº):			Recorreu a serviços prestados por ADLs (para além da oferta de formação)	Tipos de serviços a que recorreu:					
	Conhece o trabalho desenvolvido por ADLs				Curso de formação profissional	Projecto no âmbito Junta de Freguesia	PRODER	Apoio técnico	Apoio a candidaturas	Ajudas com documentos
	Sim	Não	Mais ou menos							
Rota do Guadiana ⁽¹⁾	4	2	4	5	1	1	1	1	1	-
ESDIME ⁽²⁾	3	-	7	3	-	-	-	-	2	1
ADICES ⁽³⁾	5	-	-	4	-	-	-	-	4	-
TOTAL	12	2	11	12	1	1	1	1	7	1

1. 1 não-resposta; 2. 3 não-respostas; 3. 2 não-respostas

Quadro 10 – Conhecimento e avaliação das ADLs pelos inquiridos/as (II) (Nº de respostas)

ADLs	Importância da "ligação" da oferta de qualificação a outras formas de apoio local por parte das ADLs:			Concorreu a algum projecto com apoio da ADL onde fez a sua oferta de qualificação		
	Importante	Muito importante	Não sabe	Ano	Tipo de projecto:	Nº de projectos
Rota do Guadiana ⁽¹⁾	6	3	-	2010/11	Jardinagem	1
				2008	PRODER	2
ESDIME ⁽²⁾	5	7	-	2009	Turismo rural	1
				2012	Máquinas agrícolas	1
				2011	Fornecimento de equipamento	1
				2010	Construção de pavilhão e Aquisição de equipamento	1
ADICES	2	5	-	2009	Plataforma reboques e Sistemas de Informação	1
				2011	Diversificação para área florestal	1
				2009	PRODER: Aumento de instalações	1
				2008	PRODER	1
				2010	LEADER	1
TOTAL	13	15				

1. 2 não-respostas; 2. 1 não-resposta

Quadro 11 – Opinião dos inquiridos/as sobre áreas/serviços a serem prestados pelas ADLs (Nº de respostas)

Áreas relacionadas com a vida profissional/pessoal dos inquiridos/as que estes/as gostariam de ver apoiadas pelas ADLs	ADLs			Total
	Rota do Guadiana	ESDIME	ADICES	
Assistência a idosos	1	3	-	4
Dinamização cultural	1	-	-	1
Desenvolvimento da povoação	1	-	-	1
Criação de emprego	1	-	-	1
Arqueologia/história/património	1	-	-	1
Formação profissional	2	-	-	2
Apoio a candidaturas	1	-	-	1
Áreas relacionadas com educação	-	2	-	2
Escoar produtos agrícolas	-	1	-	1
Cuidados com crianças	-	1	-	1
Costura	-	1	-	1
Apoio à actividade agrícola	1	1	1	3
Apoio a empresas de iniciativa local	1	-	2	3
Gestão empresarial	-	-	1	1
Turismo rural e jovem agricultores	-	-	1	1

Quadro 12 – Opinião dos inquiridos/as, por sexo, sobre a utilidade da qualificação/formação frequentada (Nº de respostas)

Em que medida a oferta de qualificação que frequentou contribuiu para os seguintes aspectos:		ADLs						Total		
		Rota do Guadiana		ESDIME		ADICES		H	M	Total
		H	M	H	M	H	M			
a) Seu auto conhecimento										
Contributo	Muito importante	2	3	-	9	4	-	6	12	18
	Importante	1	3	2	1	2	-	5	4	9
	Pouco importante	-	1	-	-	-	1	-	2	2
	Sem contributo	1	-	1	-	-	-	2	-	2
b) Reforço da sua auto-estima e da sua auto-avaliação										
Contributo	Muito importante	1	5	1	8	4	1	6	14	20
	Importante	3	2	1	1	2	-	6	3	9
	Pouco importante	-	-	-	1	-	-	-	1	1
	Sem contributo	-	-	1	-	-	-	1	-	1
c) Definição/reconstrução do seu projecto pessoal										
Contributo	Muito importante	1	6	1	6	2	-	4	12	16
	Importante	1	1	1	4	3	-	5	5	10
	Pouco importante	1	-	-	-	1	1	2	1	3
	Sem contributo	1	-	1	-	-	-	2	-	2
d) Definição/reconstrução do seu projecto profissional										
Contributo	Muito importante	3	3	1	7	2	-	6	10	16
	Importante	-	1	1	2	3	-	4	3	7
	Pouco importante	1	2	-	1	1	-	2	3	5
	Sem contributo	-	1	1	-	-	1	1	2	3
e) Reforço do seu património pessoal (i.e., dos seus saberes e competências)										
Contributo	Muito importante	1	3	1	6	3	-	5	9	14
	Importante	2	3	1	4	3	1	6	8	14
	Pouco importante	-	1	-	-	-	-	-	1	1
	Sem contributo	1	-	1	-	-	-	2	-	2
f) Aumento da sua capacidade de adaptação à mudança										
Contributo	Muito importante	2	3	-	5	-	1	2	9	11
	Importante	1	2	1	4	-	4	2	10	12
	Pouco importante	-	-	1	1	1	1	2	2	4
	Sem contributo	1	2	1	-	-	-	2	2	4
g) Aumento da sua empregabilidade (capacidade em se empregar)										
Contributo	Muito importante	-	4	2	7	3	-	5	11	16
	Importante	2	-	-	1	2	1	4	2	6
	Pouco importante	-	2	-	-	-	-	-	2	2
	Sem contributo	2	1	1	2	1	-	4	3	7
h) Sua inserção ou progressão profissional										
Contributo	Muito importante	3	4	2	6	3	-	8	10	18
	Importante	-	2	-	3	2	-	2	5	7
	Pouco importante	-	-	-	-	1	-	1	-	1
	Sem contributo	1	1	1	1	-	1	2	3	5
i) Sua inserção na sociedade										
Contributo	Muito importante	-	3	-	4	2	-	2	7	9
	Importante	3	1	2	3	3	1	8	5	13
	Pouco importante	-	2	-	1	1	-	1	3	4
	Sem contributo	1	1	1	2	-	-	2	3	5

Quadro 13 – Situação na profissão dos inquiridos/as, por sexo, aquando da inscrição na oferta de qualificação que frequentou (Nº de respostas)

Situação na profissão		ADLs						Total		
		Rota do Guadiana		ESDIME		ADICES		H	M	Total
		H	M	H	M	H	M			
Desempregada/a		-	1	-	1	1	-	1	2	3
Empresário/a (trabalhador por conta própria)		2	3	-	1	5	1	7	5	12
Trabalhador/a por conta de outrem no sector privado		-	2	2	1	-	-	2	3	5
Trabalhador por conta de outrem no sector público		2	-	1	7(*)	-	-	3	7	10
Outra	Falso recibo verde	-	1	-	-	-	-	-	1	1
TOTAL		4	7	3	10	6	1	13	18	31

(*) Trabalhadores numa IPSS.

Quadro 14 – Situação na profissão dos inquiridos/as, por sexo, no momento do inquérito/após a frequência da oferta de qualificação (Nº de respostas)

Situação na profissão		ADLs						Total		
		Rota do Guadiana		ESDIME		ADICES		H	M	Total
		H	M	H	M	H	M			
Empresário/a trabalhador por conta própria		2	3	2	1	6	1	10	5	15
Trabalhador/a por conta de outrem		2	4	1	9	-	-	3	13	16
TOTAL		4	7	3	10	6	1	13	18	31

I – Respostas dos inquiridos/as que, no momento da realização do inquérito, eram empresários/as (trabalhadores por conta própria)

Quadro 15 – Dimensão das empresas dos inquiridos/as, por sexo

Tipo de empresa (Nº de efectivos)	ADLs						Total		
	Rota do Guadiana		ESDIME		ADICES		H	M	Total
	H	M	H	M	H	M			
Micro I (1-3 trabalhadores)	1 ^(*)	2	1 ^(*)	1	3	1	5	4	9
Micro II (4-6 trabalhadores)	1	-	-	-	3	-	4	-	4
Micro III (7-9 trabalhadores)	-	1	-	-	-	-	-	1	1
Média (25-49 trabalhadores)	-	-	1	-	-	-	1	-	1
TOTAL	2	3	2	1	6	1	10	5	15

(*) Ocupa também mão-de-obra sazonal que, nesta altura, pode empregar até 10 pessoas; (**) Empresário agrícola

Quadro 16 – Localização dos principais clientes das empresas geridas pelos inquiridos/as (Nº de respostas)

Tipo de localização dos principais clientes:	ADLs			Total
	Rota do Guadiana	ESDIME	ADICES	
Exteriores ao distrito de localização da empresa	2	2	2	6
Concelho de localização da empresa	1	-	3	4
Freguesia de localização da empresa	2	1 ^(*)	1	4
Exterior ao país	-	-	1	1
TOTAL	5	3	7	15

(*) Empresário agrícola

Quadro 17 – Principais razões que levaram os inquiridos/as empresários/as a candidatarem-se à oferta de qualificação (Nº de respostas, segundo a ordem de importância referida pelos inquiridos/as)

Principais razões	ADLs												Total	
	Rota do Guadiana				ESDIME				ADICES					
	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º		
Diversificar o "meu negócio"	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Facturar mais com o "meu negócio"	-	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	3
Poder fazer certas tarefas no "meu negócio" + informática + inglês + ferramentas + capacitação	1	-	-	-	1	-	-	-	3	-	1 ^(*)	-	-	6
Valorizar a experiência profissional e pessoal	1	1	-	-	-	1	2	-	1	4	-	-	-	10
Obter um grau/certificado escolar	2	-	-	-	1	1	-	-	2	2	-	-	-	8
Abrir novos horizontes/conhecer novas pessoas	-	-	1	-	-	1	1	-	-	1	1	-	-	5
Melhorar a auto-estima	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Desemprego	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Imposição legal	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1

(*) "Actualizar técnicas"

Quadro 18 – Principais tipos de conhecimentos que os inquiridos/as empresários/as, por sexo, consideraram terem aprendido na oferta de qualificação que frequentaram e foram consideradas, pelos mesmos, como sendo mais importantes para a respectiva vida profissional e vida pessoal (Nº de respostas)

Tipo de conhecimentos	ADLs								Total	
	Rota do Guadiana		ESDIME		ADICES		H	M	Total	
	H	M	H	M	H	M	H	M	Total	
Vida profissional:										
Acesso a inglês/línguas	-	1	-	-	1	1	1	2	3	
Capacidade de organização + segurança + higiene no trabalho + eventos + turismo + marketing	-	1	1	2	6	-	7	3	10	
Escrita	-	1	-	-	-	-	-	1	1	
Leitura	-	1	-	-	-	-	-	1	1	
Informática	-	1	-	-	3	-	3	1	4	
Lidar com a burocracia		1	-	-	-	-	1	-	1	
Capacidade de redigir documentos		1	-	-	-	-	1	-	1	
Contabilidade	-	-	-	-	1	-	1	-	1	
Abrir perspectivas	-	1	-	-	1	-	1	1	2	
Vida pessoal:										
Acesso a línguas	-	1	-	-	1	1	1	2	3	
Confiança	-	1	-	-	-	-	-	1	1	
Conhecimento geral	1	1	1	-	4	-	6	1	7	
Desenvolveu a escrita	-	-	-	-	1	-	1	-	1	
Introspecção	-	-	-	-	1	-	1	-	1	
Trocar experiências	-	-	-	-	3	-	3	-	3	
TOTAL	3	9	2	2	22	2	27	13	40	

**Quadro 19.1 – Pertença e participação em entidades associativas
dos empresários/as, inquiridos/as (Nº de respostas)**

ADL Rota do Guadiana

Tipo(s) de entidade a que pertence / em que está filiado	Participação		Frequência da participação (a)							Grau de satisfação (b)				
	Paga quotas	Colaboração extra	1 ou <	1-3	3-6	6-12	>12	Nula	1	2	3	4	5	
a) de Desenvolvimento Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
b) socioprofissional	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	
c) cultural e recreativa / clube	3	1*	1	1	1	-	-	-	-	-	1	1	1	
d) humanitária ou de solidariedade social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
e) de ambiente ou defesa do património	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
f) cooperativa de interesse geral / social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
g) sindicato	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
h) partido político	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
i) Outra - qual? **	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	

(a) Frequência em meses ou nula; (b) Satisfação com o desempenho/resultados da entidade... – de 1 (mínimo) a 5 (máximo).

(*) paga quotas e colaboração extra; (**) não-resposta à frequência

**Quadro 19.2 – Pertença e participação em entidades associativas
dos empresários/as, inquiridos/as (Nº de respostas)**

ADL ESDIME

Tipo(s) de entidade a que pertence / em que está filiado	Participação		Frequência da participação (a)							Grau de satisfação (b)				
	Paga quotas	Colaboração extra	1 ou <	1-3	3-6	6-12	>12	Nula	1	2	3	4	5	
a) de Desenvolvimento Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
b) socioprofissional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
c) cultural e recreativa / clube	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	
d) humanitária ou de solidariedade social	2	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2	
e) de ambiente ou defesa do património	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
f) cooperativa de interesse geral / social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
g) sindicato	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
h) partido político	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	
i) Outra - qual?	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

(a) Frequência em meses ou nula; (b) Satisfação com o desempenho/resultados da entidade... – de 1 (mínimo) a 5 (máximo).

Quadro 19.3 – Pertença e participação em entidades associativas dos empresários/as, inquiridos/as (Nº de respostas)

ADL ADICES

Tipo(s) de entidade a que pertence / em que está filiado	Participação		Frequência da participação (a)						Grau de satisfação (b)				
	Paga quotas	Colaboração extra	1 ou <	1-3	3-6	6-12	>12	Nula	1	2	3	4	5
a) de Desenvolvimento Local	2	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	1	1
b) socioprofissional	2	-	-	1	1	-	-	-	-	-	1	1	-
c) cultural e recreativa / clube	2	1*	-	1	-	-	1	-	-	-	1	-	1
d) humanitária ou de solidariedade social	2	3**	1	-	1	-	1	-	-	-	1	1	1
e) de ambiente ou defesa do património	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
f) cooperativa de interesse geral / social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
g) sindicato	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
h) partido político	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
i) Outra - qual?	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(a) Frequência em meses ou nula; (b) Satisfação com o desempenho / resultados da entidade... – de 1 (mínimo) a 5 (máximo).

(*) 1 colaboração extra e paga quotas; (**) 2 colaboração extra e paga quotas

II – Respostas dos inquiridos/as que, no momento da realização do inquérito, eram trabalhadores por conta de outrem

Quadro 20 – Tipo de entidade empregadora dos inquiridos/as trabalhadores por conta de outrem (Nº de respostas)

Tipo de entidade empregadora	ADLs			Total
	Rota do Guadiana	ESDIME	ADICES	
IPSS	1	9	-	10
Empresa pública	1	-	-	1
Câmara Municipal	3	-	-	3
Cooperativa	-	-	-	-
Empresa privada	1	1	-	2
TOTAL	6	10	-	16

Quadro 21 – Principais razões que levaram os inquiridos/as trabalhadores por conta de outrem a candidatarem-se à oferta de qualificação (Nº de respostas, segundo a ordem de importância referida pelos inquiridos/as)

Principais razões	ADLs												Total	
	Rota do Guadiana				ESDIME				ADICES					
	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º		
Mudar de emprego					1									1
Conseguir melhor salário na empresa onde trabalha/trabalhava				1										1
Criar condições para vir a progredir na carreira	1	1	2	1		2	1	1						9
Poder ter funções mais importantes das que tinha					2	1	1							4
Ser mais reconhecido pela entidade patronal				1										1
Valorizar a experiência profissional e pessoal	2	2			4	3	1							12
Obter grau/certificado escolar	1	1	2		1		2							7
Ajudar filho/as com trabalhos escolares					1									1
Melhorar a auto-estima	1	2					1							4
Outros:														
Gostar estudar	1													1
Proposta/Imposição da entidade patronal					2									2

Quadro 22 – Principais tipos de conhecimentos que os inquiridos/as trabalhadores por conta de outrem, por sexo, aprenderam na oferta de qualificação que frequentaram e foram consideradas, pelos mesmos, como sendo mais importantes para a respectiva vida profissional e vida pessoal (Nº de respostas)

Tipo de conhecimentos	ADLs						Total		
	Rota do Guadiana		ESDIME		ADICES		H	M	Total
	H	M	H	M	H	M			
Vida profissional:									
Uso de computadores	-	1	-	1	-	-	-	2	2
Melhorar a escrita	-	3	-	-	-	-	-	3	3
Novos conhecimentos	1	3	-	12	-	-	1	15	16
Satisfação pessoal no cumprimento de objectivos	1	-	-	-	-	-	1	-	1
Outras formas de trabalhar e comunicar com os outros	-	-	-	1	-	-	-	1	1
Vida pessoal:									
Mais confiança	1	1	-	3	-	-	1	4	5
Ajuda na forma de pensar	-	-	-	1	-	-	-	1	1
Auto-estima	-	2	-	5	-	-	-	7	7
Ligações pessoais	-	-	1	1	-	-	1	1	2

Quadro 23.1 – Pertença e participação em entidades associativas dos trabalhadores/as por conta de outrem inquiridos/as (Nº de respostas)
ADL Rota do Guadiana

Tipo(s) de entidade a que pertence / em que está filiado	Participação		Frequência da participação (a)						Grau de satisfação (b)				
	Paga quotas	Colaboração extra	1 ou <	1-3	3-6	6-12	>12	Nula	1	2	3	4	5
a) de Desenvolvimento Local	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-
b) socioprofissional	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
c) cultural e recreativa / clube	2	2*	1	1	1	-	-	-	-	-	-	3	-
d) humanitária ou de solidariedade social	1	3	-	1	2	-	-	1	-	-	1	2	1
e) de ambiente ou defesa do património	2	1*	-	1	-	-	2	-	-	-	-	2**	-
f) cooperativa de interesse geral / social	1	2*	1	-	1	-	-	-	-	-	1	1	-
g) sindicato	2	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2
h) partido político	1	1*	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-
i) Outra - qual?	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(a) Frequência em meses ou nula; (b) Satisfação com o desempenho/resultados da entidade... – de 1 (mínimo) a 5 (máximo).

(*) 1 paga quotas e colaboração extra; (**) não disse se paga quotas ou colaboração extra

Quadro 23.2 – Pertença e participação em entidades associativas dos trabalhadores/as por conta de outrem inquiridos/as (Nº de respostas)
ADL ESDIME

Tipo(s) de entidade a que pertence / em que está filiado	Participação		Frequência da participação (a)							Grau de satisfação (b)				
	Paga quotas	Colaboração extra	1 ou <	1-3	3-6	6-12	>12	Nula	1	2	3	4	5	
a) de Desenvolvimento Local	1	3*	1	1	1	-	-	-	-	-	-	2	1	
b) socioprofissional	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	
c) cultural e recreativa / clube	6	3**	3	2	-	-	1	-	-	1	-	1	4	
d) humanitária ou de solidariedade social	1	2*	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2	
e) de ambiente ou defesa do património	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
f) cooperativa de interesse geral / social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
g) sindicato	2	-	2	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	
h) partido político	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
i) Outra - qual?	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

(a) Frequência em meses ou nula; (b) Satisfação com o desempenho/resultados da entidade... – de 1 (mínimo) a 5 (máximo).

(*) 1 paga quotas e colaboração extra; (**) três pagam quotas e colaboração extra

